

Convergência e Consenso: política e economia da urbanização da periferia do capitalismo

Glauco Bienenstein
Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense

1. Apresentação

Este trabalho, enquanto subproduto do projeto de pesquisa intitulado “*GLOBALIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E METRÓPOLE*”, apresenta alguns dos resultados preliminares dessa pesquisa, que é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, através do Edital MCT/CNPq 15/2007 – Universal. Tal pesquisa tem como principal objetivo analisar possíveis convergências e/ou similaridades das atuais políticas públicas voltadas à gestão e ao planejamento urbano e dos processos espaciais em curso em metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belém do Pará situadas, respectivamente, nas regiões Sudeste, Sul e Norte do Brasil, compõem o rol das aglomerações objeto de estudo) administradas por diferentes agremiações político-partidárias, no período entre os anos 1993 e 2008.

2. Introdução

Desde 1989, ano em que ocorreu o “*colapso do comunismo no Leste europeu, /.../ antecipando o colapso do regime existente na União Soviética /.../*” (HOBSBAWM, 1992, p.93)¹, e, talvez, como a outra face da moeda, pela emblemática reafirmação da sociedade do capital, calcada no plano geopolítico pela “*/.../ vocação do superestado norte-americano de testar sua tecnologia pós-moderna impondo ao antigo Terceiro Mundo a sua ‘nova ordem mundial’ /.../*” (JAMESON, 1992, P. 216)², o mundo vem experimentado uma auspiciosa convergência. Ao que tudo indica, o caráter unidimensional do pensar e do agir tem sido a marca deste período, atingindo os diversos planos do mundo e da vida contemporânea.

Desnecessário dizer que tal característica também repercutiu na administração das cidades tendo em vista sua importância e centralidade na atualidade. Nesse contexto, a teoria da “*máquina de crescimento urbano*” (cf. Moloth apud Ferreira, s/d)³ retoma o fôlego e adquire nova roupagem, onde o termo crescimento acaba sendo traduzido por competitividade, aspecto fundamental na também nova configuração da economia mundial resultante do esgotamento do modelo de Bretton Woods⁴. Desde então, a radical inflexão nas concepções e práticas vinculadas ao planejamento urbano que emerge das “*/.../ cinzas do consenso keynesiano /.../*” (ARANTES, 2000, p. 20), descreve um arco que, cada vez

¹ HOBSBAWM, E. “Adeus a tudo aquilo”. In: *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo* / Noberto Bobbio. (et.al. Robin Blackburn, organizador). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 93.

² JAMESON, F. “Conversas sobre a nova ordem mundial”. In: *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo* / Noberto Bobbio... (et. al. Robin Blackburn, organizador). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 216.

³ http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/maquina-de-cresc/index.html. (Acessado em 17/12/2008).

⁴ Bretton Woods foi o nome dado a um acordo celebrado por 45 países no mês de julho de 1944, ou seja, ao final da Segunda Guerra mundial, visando reconstruir o capitalismo mundial. Através dele, foi pactuado um conjunto de regras norteadoras das relações monetárias entre as nações orientadas pela crença num tipo de capitalismo de corte caracteristicamente intervencionista.

mais, se orienta por uma também radical desmedida empresarial⁵. Em outras palavras, ao invés de buscar disciplinar e/ou controlar o crescimento das cidades, a então desacreditada racionalidade moderna, materializada através de planos e regulamentos que buscavam guiar o uso do solo, transformou-se num conjunto de orientações voltadas ao incremento de todos os meios possíveis para encorajá-lo (cf. Arantes, 2000a, p. 21). Dessa maneira, as cidades como máquinas de crescimento – ou máquinas de produzir riqueza (capitalista) – passaram a encarnar o *loci* privilegiado da acumulação, cabendo ao planejamento “/.../ azeitá-la a máquina. /.../” (Id. *ibid.*) e, ao planejador assumir o papel daquele que, em tempos pretéritos se constituía o seu principal adversário, o empreendedor (id. *ibid.*).

Como é sabido, no capitalismo, a necessidade ontologicamente fundada do capital de perseguir um contínuo e crescente auto-acrescentamento (valorização), submete a necessidade humana. Sendo a cidade um importante espaço da dinâmica de acumulação e, ao mesmo tempo, um espaço destinado à vida, não é difícil inferir que a supracitada inflexão irá acirrar ainda mais o conflito entre as duas mais importantes forças sociais – capital e trabalho – nela presentes, à medida que a convivência entre os interesses de tomá-la como espaço orientado crescentemente pela lógica da forma-mercadoria (leia-se, pelo valor de troca), e os interesses em encará-la como espaço para se viver (ou seja, como valor de uso), ao longo da história, sempre tem sido problemática.

Deste patamar, no rol das principais questões que orientam esta breve reflexão, indaga-se: como as administrações identificadas com o campo democrático e popular têm lidado com os desafios e dilemas oriundos da homogeneização de concepções e práticas de gestão e planejamento resultantes dos imperativos do atual critério de viabilidade econômica capitalista⁶? À medida que tais administrações têm, de um lado, que se adaptar aos limites e às possibilidades do atual padrão de desenvolvimento, e, de outro, enquanto representantes de agremiações político-partidárias que buscam se apresentar como alternativa às tendências hegemônicas das últimas décadas, como elas têm enfrentado este paradoxal desafio?

Argumenta-se que no contexto do atual quadro sócio-político, que tem apontado, mais enfaticamente no plano ideológico do que no plano das ações propriamente ditas, para a substituição da política pelo mercado, o ato de governar cidades, para as supracitadas administrações, tem se tornado uma difícil e constrangedora tarefa. De um lado, para efeito de garantir sua reprodução enquanto alternativa viável – leia-se: alternativa político-partidária com capacidade de enfrentamento dos diversos problemas e dificuldades que afligem nossas cidades – tais administrações têm que oferecer esperanças e perspectivas aos seus eleitores, cuja expectativa é diretamente proporcional ao quadro de problemas e dificuldades atualmente existentes. De outro lado, essas mesmas administrações precisam também sustentar um projeto político (e ideológico) condizente com os aspectos basilares dos programas de suas respectivas agremiações, aspectos esses que, na maioria dos casos, não se alinham às mencionadas tendências dominantes.

⁵ ARANTES, O. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000, pp. 11-74.

⁶ Para efeito destas notas, compreende-se que a noção de gestão articula-se à idéia de administração a qual, por sua vez, requer instrumentos e ações concretas de gerência. Nesse sentido, apesar do termo “gestão” subentender e/ou englobar a questão do planejamento, optou-se por utilizar o par “gestão e planejamento”, embora este último seja aqui reconhecido como um dos instrumentos/ações necessários à implementação/concreção da gestão.

A tentativa de responder à questão sobre se há possibilidade de se construir algum projeto alternativo para as cidades fora dos limites e/ou dos imperativos do padrão hegemônico de desenvolvimento e de sociabilidade do capitalismo contemporâneo é aqui perseguida através de dois procedimentos que materializam a estrutura deste trabalho. Primeiramente, num nível histórico-genético mais abrangente, realiza-se uma breve digressão acerca da relação das cidades – enquanto expressão material – e da urbanização – enquanto processo – predominantes da espacialização da humanidade – com a trajetória da dinâmica de acumulação desde o fim da Segunda Guerra Mundial⁷. Em segundo lugar, num nível mais próximo da realidade, trata-se da peculiaridade do caso brasileiro relacionado à gestão e à produção de cidades na atualidade, tendo em vista os imperativos daquilo que vulgarmente tem sido denominado de globalização e algumas das repercussões desse processo nos modos e/ou formas de governar as cidades por diferentes agremiações político-partidárias.

3. Economia e Gestão Contemporânea de Cidades: Elementos de Contexto

Os principais nexos do período histórico que se inicia a partir do fim da Segunda Guerra Mundial são aqui revisitados desde uma perspectiva vinculada ao que se poderia denominar de economia política das relações internacionais que, por sua vez, repercutiu sobremaneira na configuração dos processos e das formas de desenvolvimento do capitalismo.

A ordem internacional resultante do 2º pós-guerra, com base no que foi conhecido como regime de *Bretton Woods*⁸ e pela bipolaridade nuclear da Guerra Fria⁹, apontou para um padrão de desenvolvimento baseado numa articulação virtuosa entre as esferas econômica e social, também conhecida como “regime fordista” (cf. Coutinho, 2001, p. B-2).

Nesse sentido, no que se refere ao primeiro e mais importante aspecto para nossa reflexão, vale ressaltar que

“/.../ as políticas econômicas nacionais desfrutaram de grande autonomia para gerir o crédito com taxas de juros muito reduzidas. /.../ [Nesse contexto,] Houve uma extraordinária onda de progresso econômico movida pela difusão de inovações, pela massificação do consumo de bens duráveis, pelo crescimento acelerado do emprego e, ainda, pela notável expansão dos mecanismos de proteção social /.../ [Além disso] Embora a plena expressão dessas virtudes do regime de Bretoon Woods estivesse concentrada nos países centrais, houve oportunidade de rápido desenvolvimento industrial para a periferia e, até certo ponto, condições de mimetização dos benefícios do “welfare state” /.../”¹⁰.

Tais características moldavam um tipo de capitalismo cujo modo de funcionamento sistêmico na escala mundial era delineado por um regime de acumulação orientado para a extensão da produção de valor e mais-valia que, por sua vez, consubstanciava-se através de formas peculiares de gestão e realização da riqueza¹¹. Tais formas implicavam a crescente e

⁷ Esta perspectiva baseia-se em HARVEY (1985) que entende ser possível compreender o que ele denomina de processo urbano a partir de dois temas gêmeos, acumulação e luta de classes. Para um maior aprofundamento do assunto, consultar HARVEY, D. *The Urban Process under Capitalism: A Framework for Analysis*. In: *The Urbanization of Capital*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985, pp. 1-31.

⁸ Resumidamente caracterizada pelo dólar como padrão monetário central, taxas de câmbio fixas e algum tipo de controle dos fluxos privados de capitais.

⁹ Sinteticamente compreendida pela divisão geopolítica do mundo com base numa política de dissuasão a partir da bipolarização dos arsenais nucleares dos EUA e da extinta URSS.

¹⁰ COUTINHO, Luciano. “Agenda de reflexão pós-Nova York”. *Folha de São Paulo*, Dinheiro, 16.09.01, p. B-2.

¹¹ Neste trabalho, a noção de regime de acumulação refere-se à forma pela qual o capital realiza/experimenta, ao longo da história, sua dinâmica ontologicamente fundada de auto-acrescentamento.

contínua incorporação de mão de obra à produção propriamente dita. Nesse período, orientado e identificado, genericamente falando, pelo par “desenvolvimento e igualdade”, os problemas advindos da expansão capitalista, notadamente aqueles relacionados ao conflito entre capital e trabalho, eram abrandados, conforme indicação anterior, por medidas e/ou estratégias mitigadoras diversas, dentre elas aquelas oriundas de um tipo de planejamento orientado para disciplinar a sanha capitalista pelo crescimento. Desse modo, a prioridade ao plano em detrimento do projeto (pontual), a idéia de políticas e ações compensatórias, entre outras iniciativas, permeavam a administração urbana daquela época.

Atualmente, o capitalismo experimenta uma outra modalidade de regime de acumulação na escala mundial, de cunho predominantemente financeiro, cuja principal característica é a apropriação de riqueza através de atividades especulativas calcadas em posições nos mercados imobiliário, financeiro e nas transações comerciais (cf. Chesnais, 1997: 4)¹².

Nas palavras do supracitado autor, “/.../ *A pedra angular dessa construção é a esfera financeira. É aí que foi colocado, através da liberalização e da desregulamentação, nas mãos do capital que se valoriza pelo viés das aplicações financeiras em bônus e ações, ou pelos empréstimos, um poder como ele não tinha mais desde os anos 20 /.../*”¹³.

Repousando sobre um brutal agravamento da relação salarial, a dinâmica da financeirização tem acarretado diversos constrangimentos, especialmente no que tange ao recrudescimento dos patamares de miséria e exclusão, uma vez que, diferentemente do período “fordista”, não se trata mais de reproduzir o antigo modelo de desenvolvimento, marcado por projetos e iniciativas voltadas para a crescente inserção de grandes parcelas de mão de obra na produção e, conseqüentemente, no consumo.

Os determinantes econômicos e políticos que moldam o capitalismo atual são a seguir resumidamente indicados:

- Adoção de inovações tecnológicas na produção, especialmente no campo da microeletrônica e da informática;
- Acentuação do peso do comércio regional intra-indústria e intra-firma, sendo os grupos transnacionais os principais agentes desse processo;
- Concentração de mercados em blocos regionais e centralização de capital através de fusões e aquisições;
- Substituição da anterior ordem bipolar, caracterizada pela constante ameaça de confronto nuclear-militar entre EUA e URSS, por um quadro de *policentrismo econômico - tripolar*, formado por Japão, Alemanha e EUA;
- Intenso processo de financeirização da riqueza;

¹² “Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração”. *Folha de São Paulo*, caderno especial sobre globalização, entrevista com François Chesnais, 02.11.97, p. 4. A dominância financeira, também conhecida por financeirização, é aqui compreendida na perspectiva de BRAGA (1997, p. 195). Segundo esse autor, “*A dominância financeira – a financeirização – [constitui a] expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo*”. BRAGA, José C. “Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* / Maria da Conceição Tavares, José Luís Fiori (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

¹³ *A Mundialização Financeira: Gênese, Custos e Riscos*. Coord. por François Chesnais. São Paulo: Xamã, 1998, p. 7-8.

- Convivência de fenômenos de concentração/expansão com risco sistêmico permanente, materializado na possibilidade de ocorrência de rupturas ou *crashes* financeiros generalizados, que têm transformado decisivamente o capitalismo, delineando um novo patamar de integração e internacionalização da economia mundial.

A desparametração do dólar enquanto âncora privilegiada aliada ao agigantamento dos mercados financeiros e a liberalização dos fluxos financeiros complementam o conjunto de aspectos que contribuíram para o redesenho do capitalismo atual. Nas palavras de COUTINHO (2001, p. B-2),

.../ O novo consenso liberal-conservador, politicamente vencedor com a ascensão de Thatcher e Reagan, promoveu o encolhimento do Estado, desregulou setores e mercados e desmontou parte do “welfare state”. De outro lado, o colapso da URSS liquidou com a bipolaridade mundial e desestruturou o campo do socialismo burocrático estatal. De repente, sobrou em cena apenas uma potência hegemônica econômica e militar, os Estados Unidos. Assim, a ideologia liberal-capitalista, já vitoriosa, entrou em transe comemorativo. A história teria chegado ao fim. Capitais e mercados, liberados, organizariam o mundo virtuosamente.

Estes novos conteúdos da acumulação capitalista na escala planetária têm delineado um novo perfil da economia mundial envolvendo diversas dimensões geopolíticas, tecnológicas e organizacionais, notadamente no que se refere ao mundo do trabalho.

Tal quadro tem apontado para uma nova modalidade de regime de acumulação de corte caracteristicamente seletivo (somente alguns setores da economia nele se inscrevem) e excludente (apenas alguns grupos sociais nele são envolvidos), cujas repercussões já são razoavelmente visíveis.

Nesse sentido, a despeito do que tanto propalam seus apologistas, não se pode dizer que o capitalismo, consubstanciado agora através da radicalização do seu sistema de mercado, possa ser visto como processo que tenha triunfado. Talvez por conta disso assiste-se ao acirramento de diversos enunciados ideológicos nas inúmeras esferas da vida, cujo principal objetivo é o bloqueio de qualquer possibilidade de mudança e/ou transformação da realidade¹⁴.

Isto posto, no que se segue são indicadas algumas de suas principais características especialmente relevantes para a tentativa de entendimento da inserção urbana na economia atual.

Nos idos dos anos 1970, os EUA viram sua hegemonia ser razoavelmente questionada. A guerra do Vietnam, a corrida espacial, os movimentos então denominados de contra cultura, entre outros, colaboraram para tal questionamento.

Desde então, em especial, a partir dos anos 1980, os EUA empreenderam uma série de iniciativas voltadas para a reconstrução de sua hegemonia, iniciativas essas que, dentre outros aspectos, articularam diversos interesses de diversas nações e/ou blocos regionais, tais como o Japão e a Europa.

Nesse contexto, o jogo de interesses (articulados ou não) das nações do que ficou conhecido como Tríade¹⁵, sob a égide dos EUA, notadamente no bojo do supracitado consenso liberal-conservador, tem moldado um receituário que propugna crenças, ações e

¹⁴ O termo “ideologia” é aqui compreendido na perspectiva de EAGLETON, Terry, *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997, capítulo 1, p. 38.

¹⁵ Bloco formado pelo Japão, E.U.A. e Europa.

decisões a serem tomadas pelas demais nações, considerando sua inserção no atual – e por muitos considerado – inexorável processo de reestruturação econômica, cuja dinâmica tem sido nomeada de globalização.

Emerge desse receituário a questão da competitividade, passando a ditar as políticas (des)regulacionistas e/ou flexibilizadoras que, como instrumento privilegiado na captação de recursos, permeiam tanto a geografia política mundial quanto as diversas nações e suas respectivas regiões e espaços de importância econômica, tais como as metrópoles.

Acredita-se que no bojo das diversas medidas que os EUA tomaram para efeito da acima mencionada retomada de sua hegemonia econômica e política – redução da carga tributária sobre o consumo, especialmente de bens duráveis, e financiamento de investimentos no setor terciário e nas indústrias de alta tecnologia – contribuíram com singular relevância para o *revival* das suas cidades inicialmente, servindo como modelo a ser seguido mundo afora.

Avalia-se que por essa via, seja entender a ressurreição, ainda que problemática, das cidades que, com a falência da velha estrutura produtiva-comercial de que tanto dependiam, passam a enfrentar o quadro de crise cujos contornos mais sensíveis são percebidos através de problemas relativos à erosão de sua base econômica e fiscal.

Tal enfrentamento foi e tem sido tratado na perspectiva do que HARVEY (1996, p. 49) denomina de “empresariamento urbano”, ou seja, a formação de um complexo espectro de coalizões sócio-políticas visando a organização do espaço da cidade, com o objetivo de adequá-la à atual dinâmica econômica.

Conforme o mencionado autor:

Há uma concordância generalizada de que a mudança [em direção ao empresariamento urbano] tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973. Desindustrialização, desemprego, aparentemente “estrutural” e generalizado, austeridade fiscal tanto a nível nacional como local, combinados com uma onda crescente de neoconservadorismo e um apelo muito forte (conquanto mais freqüente na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e da privatização, fornecem um quadro para compreender porque tantos governos locais, muitas vezes de diferentes conotações políticas e munidos de diferentes poderes legais e políticos, tomaram todos uma direção bastante semelhante /.../.¹⁶

Dessa maneira, o empresariamento urbano enquanto tendência hegemônica vem percorrendo um caminho que, longe dos períodos anteriores caracterizados por políticas de redistribuição de renda (habitação, saúde, educação, por exemplo), privilegia um comportamento empresarial com relação à gestão e à produção da cidade, visando o seu ajuste ao quadro de possibilidades que tem sido delineado pelas transformações econômicas das duas últimas décadas. Tal tendência é resumida de forma clara e objetiva por HARVEY (1996, p. 50), quando, tentando esclarecer o papel das localidades na atualidade, afirma que a

/.../ maior ênfase na ação local para combater tais males também parece ter algo a ver com o declínio dos poderes do Estado-Nação no controle do fluxo monetário internacional e os poderes para maximizar a atratividade local para o desenvolvimento capitalista. Pelas mesmas razões, o crescimento do

¹⁶ HARVEY, D. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: *Espaço e Debate*, nº 39, 1996, p.50.

empresariamento urbano pode ter tido um papel importante numa transição geral na dinâmica do regime de acumulação de capital (fordista-keynesiana) para um regime de “acumulação flexível” /.../.

Assim sendo, uma série de iniciativas administrativas passa a constar das prescrições a serem seguidas pelos diversos (e pretensamente “modernos”) governos locais, promovendo a homogeneização das atitudes de um considerável leque de administradores urbanos dos mais variados matizes políticos e ideológicos.

Deste conjunto de prescrições destacam-se quatro iniciativas mutuamente determinadas, a saber: a formação de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada; a implementação de novos instrumentos e instituições voltadas para o governo urbano; a adoção de um tipo de planejamento calcado em intervenções pontuais, através de grandes projetos urbanos, e a desregulação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade.

Nesse contexto, “/.../ governos locais e regionais tornaram-se mais salientes assim como indústrias tornaram-se mais diversificadas e moveram-se para além das normas fordistas e da produção de massa de larga escala padronizada /.../.” (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 361)¹⁷

A forma que esta concepção/tendência foi alardeada – e assumida – mundo afora acarretou, especialmente no capitalismo periférico¹⁸, uma competição - insana - entre os lugares, especialmente entre as metrópoles. Consubstanciou-se então, um dos pilares mais importantes do ponto de vista ideológico do atual processo de reestruturação econômica e sua relação com as cidades: todo e qualquer projeto alternativo que a ela se opuser estará não somente contra a força de uma pretensa “modernidade”, como também, fadado ao fracasso!

Tal como aponta OLIVEIRA (2000), essa tendência foi também incorporada ao discurso e ações das agências multilaterais, corroborando a convergência de concepções e práticas a serem assumidas e implementadas nas diversas localidades¹⁹.

A partir de experiências que, supostamente, obtiveram bons resultados na inserção competitiva de contextos urbanos, grupos de consultores técnicos, a exemplo das agências supranacionais de regulação macro-econômica, transformaram-se em referência técnica no que concerne à gestão urbana, difundindo, através da venda de serviços e orientações, diretrizes para a resolução dos problemas urbanos. A consultora catalã *Tecnologies Urbanas Barcelona S A, TUBSA*, constitui um exemplo emblemático desta tendência²⁰.

Articuladas às tendências econômicas destes tempos de competitividade interurbana, estas iniciativas indicam algumas das principais saídas através das quais as cidades devem buscar escapar da estagnação. Tais iniciativas acabam repercutindo decisivamente em sua urbanização.

¹⁷ HIRST P. & THOMPSON G., *Globalização em Questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 361.

¹⁸ Esta noção é aqui utilizada a partir da compreensão de que na nova formatação da economia mundial, baseada na financeirização e organizada por um sistema financeiro fortemente hierarquizado, onde os EUA desempenham o papel de centro dominante.

¹⁹ Para um maior aprofundamento dessa questão consultar OLIVEIRA, Fabrício Leal. “COMPETITIVENESS AND CITY STRATEGIC PLANNING: THE AGENDA OF MULTILATERAL AGENCIES AND URBAN POLICY IN BRAZIL”. In: *Planners Network Conference 2000 “Insurgent Planning, Globalization and Local Democracy”*. Toronto, Canada, June 22-25, 2000.

²⁰ Tal consultora desempenhou importante papel no primeiro governo do Sr. César Maia na cidade do Rio de Janeiro, período – 1992 a 1996.

A par desses elementos de contexto esquematicamente apresentados, volta-se então à indagação inicialmente proposta: no contexto da convergência de concepções e, conseqüentemente, de práticas relativas à gestão das cidades, há possibilidade de um projeto alternativo? A seguir, reflete-se sobre esta questão.

4. Entre o Querer e o Poder: Intenção e Gesto na Gestão Urbana Contemporânea

4.1. Dos Dilemas

Uma vez que as dificuldades e os desafios enfrentados pelas cidades a partir das mudanças na economia têm redundado no acirramento de problemas diversos na vida cotidiana (miséria, violência, degradação espacial, entre outros), tanto as expectativas sociais quanto a sociabilidade urbana acabam sendo consideravelmente afetadas.

Observa-se então que as pautas urbanas, tendo em vista sua inserção competitiva, têm incluído orientações que, por sua vez, vêm acirrando a dialeticidade entre o dinamismo do capitalismo atual, especialmente no que diz respeito à seletividade de investimentos e a emergência de situações e/ou constrangimentos impeditivos da competitividade propriamente dita. Assim, as referidas orientações, na impossibilidade de produzir alteração na dinâmica capitalista, acabam por tratar apenas de seus sintomas. Dessa forma, tem-se, de um lado, administradores e cidadãos (especialmente aqueles incluídos na esfera do consumo) que afirmam seu direito de buscar alternativas para o desenvolvimento da cidade. Por outro lado, observa-se a emergência e o incremento de grupos sociais excluídos, produto da atual dinâmica da acumulação. Surge então uma antinomia entre incluídos e excluídos expressiva do fato de que todos os envolvidos são, essencialmente, habitantes da cidade. Porém, não se trata de uma cidade em abstrato. Trata-se de uma cidade que, por constituir-se produto de uma relação social específica, a do capital, só reconhece como cidadãos aqueles inscritos na esfera do consumo. Ou seja, uma cidade onde o homem não se constitui um ser genérico real, mas sim num indivíduo delimitado, limitado a si mesmo (cf Marx, s/d, p. 27). Nesse contexto, “[a] aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada. /.../. [Com isso, o] **privilegio é substituído pelo direito.**”²¹ Fica, assim, esclarecido o caráter aparente desta antinomia. Num direito orientado pela propriedade privada, o uso de força se legitima e é ratificado pela emergência de iniciativas que reforcem a dinâmica que a tudo isso engendra²².

No atual contexto marcado, desse modo, pelo recrudescimento da miséria e pelo amesquinamento generalizado da sociabilidade, moldada pela atual superimposição do critério de viabilidade econômica a todas as esferas da vida, assiste-se então ao acirramento de diversos enunciados ideológicos, cujo principal objetivo é encarnado, de um lado, pela tentativa de sustentação de uma possível utopia pretensamente imune à perversão e à alienação reinantes e, de outro, pelo bloqueio de qualquer possibilidade de mudança e/ou transformação da realidade.

A performance (competitiva) como imperativo decisivo da existência social contemporânea, emerge no cenário imediato da vida social e, como conseqüência, no espaço (da vida) e na cidade (cf. Birman & Andrade, 2001). Além das tradicionais mazelas

²¹ MARX, K. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d, p. 27, 31 e 71.

²² O uso contumaz da força pública policial passa então, a ser incluído no rol de iniciativas relativas à gestão urbana. O discurso do resgate dos espaços públicos aos “habitantes” da cidade constitui-se num dos campos privilegiados de tal iniciativa. Esta tem sido a forma através da qual algumas administrações locais têm tratado, por exemplo, dos camelôs, moradores de rua – especialmente nas áreas centrais de grandes capitais, e áreas nobres invadidas por grupos sociais excluídos.

cotidianas, as atuais administrações urbanas, sob a égide da competitividade, têm que empreender um verdadeiro festival de efemérides no espaço e na vida urbana visando sustentar e alardear a idéia de que a despeito dos diversos constrangimentos por elas enfrentados, há vida e oportunidades nas suas localidades. Dessa maneira, o espetáculo assume, especialmente pelo viés cultural, a forma de ação e intervenção privilegiadas na cidade através, notadamente, dos grandes projetos urbanos. Assim sendo, revitalização de áreas supostamente degradadas e o redesenho de parcelas do espaço urbano priorizando imagens e fluxos, por exemplo, materializam o principal conjunto de iniciativas que passaram a constituir o rol – necessário – de ações empreendidas por um considerável conjunto das administrações das cidades, nestes tempos caracterizados pelas políticas *market-friendly* e *business-oriented*.

Porém, na medida em que administrar significa ter que optar onde investir, em especial, num contexto de histórica carência e tradicional escassez de recursos, o quê e como priorizar nas ações de gestão urbana? Como enfrentar tais desafios desde uma perspectiva identificada com o campo democrático e popular?

A tentativa de responder a tal indagação requer a discussão de alguns dos principais impedimentos, constrangimentos e possibilidades que têm sido colocados para as administrações urbanas brasileiras, especialmente aquelas que têm sob sua responsabilidade a gestão das metrópoles.

4.2. Notas sobre o Caso Brasileiro: Impedimentos, Constrangimentos e Desafios da Gestão Urbana em Tempos de Desmedida Empresarial

Sob o signo e a sanha da competitividade, as convergências de concepções e práticas relativas à gestão do setor público brasileiro, oriundas do consenso liberal-conservador, para além dos níveis de governo estadual e federal atingiram, em cheio, o âmbito municipal.

Para efeito dos objetivos deste subitem, reflete-se a relação entre os limites e as possibilidades de financiamento das cidades, focando a discussão em três importantes aspectos que têm impactado e orientado a gestão das cidades. Dois deles compõem o rol de regulamentações e/ou instrumentos jurídicos que têm repercutido sobremaneira na administração pública. São eles: a Lei de Complementar nº101, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal²³ - LRF, e o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001²⁴. O terceiro enquadra-se no conjunto de iniciativas que, conforme tem sido divulgado, pode alavancar o desenvolvimento e a renovação urbana: os grandes projetos (e eventos) urbanos.

Criada com a suposta intenção de organizar os gastos e, conseqüentemente, as contas públicas, a LRF busca, conforme é enunciado pelo poder público federal, “*estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas*”²⁵. Entretanto, muito além deste enunciado, a

²³ http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp (Acessado em 16/12/2008)

²⁴ O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Fonte: <http://www.estatutodacidade.com.br/> (acessado em 18/12/2008)

²⁵ Id. *ibid.*

LRF materializa a pauta unidimensional e os limites das políticas a serem adotadas pelo setor público em todos os níveis de governo da federação, pauta essa que na história recente do país, tem se caracterizado pela “estabilidade da moeda” dos anos Fernando Henrique Cardoso²⁶, FHC, e que agora se apresenta sob nova roupagem, a saber, o “ajuste fiscal” do período atual, ou seja, do governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva²⁷.

Percebida como um instrumento limitador da gestão pública, desde os anos FHC, a LRF, ao que tudo indica, faz parte de um conjunto de medidas destinadas à construção do que tem sido nomeado de “blindagem institucional”. Ou seja, um conjunto de iniciativas que possam assegurar a continuidade do modelo econômico vigente, mesmo aquele que sempre se apresentou como oposição a tudo isso²⁸!

Desse modo, no nível do governo federal, pode-se inferir que a alternância do poder não significou alteração dos já tradicionais instrumentos de política econômica, tão afinados com o discurso das agências multilaterais.

Também articuladas a esta discussão, porém num nível mais próximo das possibilidades de atuação direta das administrações municipais, encontram-se as questões referentes ao plano jurídico-institucional, à arrecadação fiscal e à sua relação com as agências multilaterais (Banco Mundial, PNUD, BID, Agência Habitat, etc.), importantes atores na divulgação e no financiamento de modelos e práticas universais que, dentre outros aspectos, buscam aniquilar possíveis resistências a essa avalanche ideológica que na atualidade vem dominando o discurso e as práticas da administração pública.

Após várias décadas de debates, num período em que se assistiu à conversão do Brasil rural em um país caracteristicamente urbano-industrial, e que foi marcado pelo que se poderia nomear de “fordismo periférico”²⁹, o Estatuto da Cidade apresenta-se como um importante

²⁶ Sociólogo brasileiro e membro do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, tendo exercido o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

²⁷ Atual Presidente da República, exercendo seu segundo mandato, de 1º de janeiro de 2006 a 1º de janeiro de 2010.

²⁸ Em artigo publicado pela *Folha de São Paulo* no ano de 2001, o senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores, discorreu sobre os impedimentos que tal lei acarretaria ao futuro governo (Lula). “/.../ a) o “engessamento” da política fiscal – um de cujos é a já aprovada Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual se mesclam medidas positivas e necessárias com condicionalidades que reforçam o controle do governo central e subordinam todos os níveis da administração pública aos critérios da política macroeconômica vigente; b) a institucionalização, no plano interno, da hegemonia do capital financeiro globalizado por meio da “independência” do Banco Central, com a subsequente submissão dos objetos de crescimento, distribuição de renda e emprego às diretrizes de política monetária, exogenamente determinadas; c) a implementação de um conjunto de acordos internacionais, bilaterais e multilaterais, nas áreas de comércio e investimento, que garantem aos investidores externos condições extremamente favoráveis, similares àquelas propostas no falido projeto de Acordo Multilateral de Investimentos; d) o estabelecimento de mandatos para os dirigentes das Agências Nacionais Reguladoras criadas nos diversos setores da economia que perpassem o período do próximo governo.” Não menos interessante é cotejar tais idéias com as que hoje são postas em prática pelo mesmo governo a que pertence o articulista. (Fonte: MERCADANTE, Aloizio. *Blindagem Institucional*. In: *Folha de São Paulo*, Dinheiro, 21.01.2001, p. B-2)

²⁹ De forma bastante resumida, pode-se dizer que o “fordismo” caracteriza-se “por um processo de acumulação intensa, produção em massa de bens padronizados e em consumo de massa. O Estado apoiou o fordismo através do gerenciamento e do fomento da demanda, da provisão de infra-estrutura para a produção de massa e do atendimento de necessidades básicas da classe trabalhadora /.../” WERNA, Edmundo. “As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento”, in: *Espaço & Debates*, nº 39, 1996, pp. 10-22. Do ponto de vista histórico, a noção de “fordismo” está

instrumento de gestão urbana, contemplando importantes e novos aspectos na Constituição Brasileira de 1988 e abrindo possibilidades para se pensar uma política urbana e, conseqüentemente, habitacional nacional mais abrangente e uniforme. Contudo, num contexto de grandes constrangimentos fiscais, observa-se que através de alguns dos seus dispositivos (as operações consorciadas, por exemplo), as administrações municipais podem acabar sendo tentadas a percorrer o perigoso caminho da desregulação urbana. Ou seja, através de uma não menos perigosa alquimia, a aplicação daquilo que se considerava inovador de tal Estatuto tem transformado o “remédio” em “veneno”!

Por outro lado, é importante ressaltar que a aplicação do Estatuto da Cidade ao demandar diversas iniciativas e orientações, especialmente no plano municipal, tem apontado para o que se poderia denominar de politização da questão urbana através da necessidade de implementação, no bojo dos Planos Diretores municipais, de uma política fundiária, notadamente no que diz respeito às polêmicas e/ou dificuldades relativas tanto à função social da propriedade quanto às desapropriações.

Na tentativa de superar os constrangimentos e/ou óbices ao financiamento das cidades, diversas administrações, inclusive aquelas que estão sob as orientações de agremiações político-partidárias ditas de esquerda, têm se lançado em uma insana e predatória guerra dos lugares, servindo de palco para a implementação de grandes projetos urbanos, que impõem a redução da escala de planejamento e atuação no território municipal, não esquecendo de mencionar a crescente precarização dos mecanismos de controle social durante seu processo de implementação.

Nesse sentido, é importante frisar que ampliação das possibilidades de arrecadação municipal, a partir da inclusão de processos e formas (grandes projetos, por exemplo) que hoje representam uma tendência marcante na urbanização brasileira, deveria evitar aquilo que SANTOS (1997: 200) denomina como “/.../ *uma nova modalidade de escassez, e a uma nova segregação.*” Através desses objetos, temos assistido à crescente instauração de novas formas de acumulação urbana e de novas sociabilidades que têm transformado a cidade num conjunto – problemático – de cidadelas. A valorização de capital resultante desse processo se origina não somente através da emergência de novas possibilidades de investimento cuja viabilidade requer novas formatações jurídico-administrativas, saberes e serviços decorrentes da concepção e da localização desses empreendimentos. A nova sociabilidade (hábitos, modos de vida e usos do espaço urbano) surge no bojo da crescente privatização e “guetificação” da vida cotidiana engendradas por tais objetos, tendo em vista a sua configuração físico-funcional. Tais processos, por sua vez, alimentam e definem outras modalidades de escassez e segregação, favorecendo a dinâmica de acumulação urbana. Ou seja, o acirramento da exclusão coloca, através desses objetos, novas

relacionada à explosão da economia mundial a partir de 1945 (ou seja, após a Segunda Guerra) quando houve “uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tornando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista. /.../ [A] combinação “keinesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida /.../ era /.../ uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países “ocidentais” /.../ Também se baseou num consenso tácito ou explícito entre padrões e organizações trabalhistas dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido.” HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, pp. 259 e 276.

possibilidades de acumulação na cidade³⁰. Desse modo, na agudização da crise atual, as cidades oferecem, não sem constrangimentos diversos, as possibilidades para a superação dos impedimentos da própria valorização do capital!

Assim sendo, as administrações municipais identificadas com uma perspectiva democrática e popular têm pela frente um duro e complexo desafio de estabelecer, com o objetivo de ampliar sua base e possibilidade de arrecadação fiscal, elementos e regras de controle social mais claros e objetivos que possam tratar nas aglomerações, da relação lei e mercado, extremamente pertinente na atualidade.

5. Considerações Finais

Não por acaso, no bojo da mundialização da economia, cuja ponta de lança é representada pela financeirização e onde, aparentemente, os interesses privados recuperaram a iniciativa (e o poder) frente ao Estado, a gestão e a produção das cidades se vêem envolvidas por concepções e práticas moldadas pelo ideário da competitividade.

A gestão urbana de corte empresarial, orientada pela centralização de decisões, pelo pragmatismo e pela flexibilidade de métodos, dispositivos e processos, determina as prescrições inscritas no conjunto de condições necessárias à atual dinâmica de reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas.

Considerando-se este contexto, buscou-se neste trabalho refletir de forma introdutória sobre os limites da gestão urbana atual, tendo em vista o atual quadro sócio-político brasileiro que tem apontado – mais enfaticamente no plano ideológico do que no plano das ações propriamente ditas – para a substituição da política pelo mercado. Esta substituição vem redefinindo a questão da democracia na medida em que, *“.../ são precisamente as decisões a respeito de interesses comuns ou de grupos [que são contrapostas] à soma de opções, racionais ou não, de indivíduos que se norteiam por suas preferências particulares /.../ [fazendo com que a] participação no mercado [substitua] a participação na política [onde] o consumidor toma o lugar do cidadão.”* (HOBSBAWM, 2001)

Desse modo, ao que tudo indica, sob a plena hegemonia da ordem metabólica sócio-reprodutiva do capital, definidora de uma sociabilidade hipercentrada no mercado, as grandes corporações, as agências internacionais e seus ideólogos propugnam um modelo de cidade onde a maior parcela dos verdadeiros produtores da riqueza social não tem a possibilidade (e o direito) de usufruir desse universo restrito e manipulado.

A dinâmica de valorização-desvalorização e de diferenciação sócio-espacial inscrita no apregoado desenvolvimento de processos e métodos visando aumentar a velocidade e os ganhos do ciclo reprodutivo do capital, orientam o sentido (restrito) e, conseqüentemente, o projeto de gestão e produção do espaço urbano, independentemente do viés ideológico das agremiações políticas que estejam no poder. Dessa forma, acirrando características ontogenéticas da ordem social metabólica do capital, a submissão a tais imperativos tem desencorajado qualquer possibilidade conceitual e prática norteada para as reais necessidades humano-sociais.

O desafio de construção de uma gestão urbana alternativa pode ser iniciado por tentativas de ampliação do controle social sobre dispositivos, métodos e processos de gestão e

³⁰ As oportunidades de valorização do capital através desses empreendimentos adquirem tamanha importância, que passam a fazer parte do portfólio de diferentes tipos de investidores, especialmente em tempos de crise de liquidez.

produção do espaço das cidades, inscritos no rol das já consagradas prescrições norteadas pela competitividade.

Nestes termos, ainda que não seja possível contrapor diretamente aos aspectos relativos à gestão urbana de corte empresarial, pode-se tentar compatibilizá-los – mesmo que de forma problemática – com algumas orientações e prioridades de gestão e produção do espaço urbano identificadas com o campo democrático e popular.

A construção e a conseqüente implementação de tais tentativas irão demandar, dentre outras não menos importantes iniciativas, uma comunicação clara e principalmente ágil entre governo e sociedade. Nesse sentido, o potencial oferecido por quaisquer dispositivos e/ou métodos (aí incluídos a performance e o *marketing*) que possibilitem a politização/conscientização da questão urbana deve ser explorado. A discussão da função social da propriedade, especialmente nos processos decisórios durante a elaboração de planos diretores e/ou durante a aprovação de grandes intervenções na cidade, pode-se constituir em uma boa oportunidade para a iniciação da referida tentativa.

Longe de um perfil/projeto de cidade que possa reconquistar um sentido pleno de humanidade e de dignidade na urbanidade, na gestão e no planejamento das aglomerações, as citadas tentativas podem vislumbrar, ainda que timidamente, a construção de uma alternativa capaz de enfrentar, no campo das idéias e práticas, a hegemonia da pauta urbana vigente nesta virada de século.

Finaliza-se este trabalho apresentando, de forma bastante resumida, algumas notas acerca das concepções e práticas relacionadas à gestão urbana contemporânea que, se de um lado, ilustram algumas diferenças de métodos e processos adotados pelas metrópoles objeto da pesquisa, indicando com isso, possíveis, embora problemáticas, alternativas, de outro reafirmam a pauta convergente e consensual que tem aprisionado (e amesquinhado) a atuação das administrações municipais, especialmente aquelas identificadas com o campo democrático e popular.

No caso do Rio de Janeiro, durante os governos do Sr. César Maia houve o que se pode qualificar de o soerguimento da metrópole carioca no cenário brasileiro. Desse modo, do ponto de vista da administração do espaço urbano, esse período consubstanciou o esvaziamento do Plano Diretor Decenal, pela diversificação/fragmentação da política urbana, a qual, por sua vez, permitiu a valorização de outros instrumentos de gestão. Dentre estes, destacam-se a flexibilização e/ou desregulação da base legal da cidade, o planejamento estratégico e a implementação de grandes projetos urbanos. Tais iniciativas lançaram as bases para o que tem sido denominado de “planejamento negocial”,³¹ que, pelo que pode ser apreendido na pesquisa realizada junto aos técnicos da PCRJ, significa um novo arranjo jurídico-administrativo de gestão da cidade. Jurídico porque, como não poderia deixar de ser, requer uma base legal, ainda que fluida, e administrativo, porque traz, à cena da gestão urbana, uma nova articulação e/ou formatação público-privada no fazer e refazer a cidade.

³¹ Esta denominação é, as vezes, substituída por outra, “planejamento adaptativo” e/ou “gerenciamento negocial”. (PORTAS, Nuno. “DO VAZIO AO CHEIO”. Mimeo, novembro de 1999, p. 2). Neste interessante artigo, que se teve acesso no momento da redação destas conclusões, o autor articula de forma clara alguns dos principais elementos estruturantes da “política urbana” vigente na atualidade na cidade do Rio de Janeiro. Nele são explicitados alguns dos termos que têm sido mais utilizados no discurso de boa parte dos técnicos da PCRJ que foram entrevistados ao longo da pesquisa de campo.

Neste cenário, sob a alegação da necessidade de atrair recursos, investimentos e desenvolvimento para o município em face das características do novo regime de acumulação vigente, a escala do planejamento da cidade tem sido reduzida, especialmente no que se refere à implantação de grandes e, muitas vezes, polêmicos projetos³². Assim sendo, pode-se inferir que à fragmentação aparente da dinâmica econômica atual corresponde à fragmentação real das formas de planejamento da cidade.

Dessa forma, não se constitui exagero dizer que o período César Maia (aí incluída a gestão do arquiteto Luiz Paulo Conde)³³ resgatou a centralidade da cidade do Rio de Janeiro no ideário da urbanização brasileira, cuja posição havia sido perdida e/ou obscurecida para a cidade de Curitiba no período Jaime Lerner³⁴. Este resgate se concretizou através de um projeto de modernização (conservadora), cujo caráter seletivo (direção dos investimentos) e excludente (somente alguns poucos segmentos sócio-espaciais incluídos) pode ser considerado sintonizado com o atual regime de acumulação.

Na contramão dessa tendência, embora submetidas aos mesmos imperativos e/ou estrangulamentos, as administrações das cidades de Porto Alegre e de Belém do Pará nesse mesmo período, de certa maneira, inovaram nos métodos e processos de governar as cidades.

Talvez a inovação mais emblemática tenha sido a implementação do orçamento participativo cujo modelo é hoje adotado até mesmo por administrações consideradas à direita do espectro político-partidário, embora com contornos e limites bastante diferenciados da proposta original que emergiu, em 1989, no governo do Sr. Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, cidade de Porto Alegre.³⁵

Ainda no rol das iniciativas voltadas à ampliação da participação popular na gestão pública urbana, vale destacar aquela representada pela experiência do Congresso da Cidade de Belém³⁶.

Também na contramão do que foi adotado como prática pela administração César Maia no que se refere à implementação de grandes projetos urbanos (museu Guggenheim e os Jogos Pan-americanos de 2007, por exemplo), caracterizado pela fugacidade das instituições vinculadas à concepção e implementação de tais iniciativas, e pela opacidade das formas de

³² Seguindo o raciocínio de PORTAS (1999: 1 e 2), talvez se possa também compreender tais projetos como “projetos de grande visibilidade”. Para um maior aprofundamento consultar: PORTAS, Nuno. “DO VAZIO AO CHEIO”. Mimeo, novembro de 1999, p. 2.

³³ Esteve à frente do executivo municipal carioca entre 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000

³⁴ Prefeito da cidade de Curitiba nos seguintes períodos: 1971 a 1974, 1979 a 1983 e 1989 a 1993. Governador do estado do Paraná no período 1995 a 2003.

³⁵ Embora haja registro de que as experiências de gestão pública participativa no Brasil datem da década de 1970, foi durante o governo Olívio Dutra (de 1º de janeiro de 1989 a 1º de janeiro de 1993) que ela emergiu com força, a partir das pressões de coletivos populares organizados que reivindicaram a discussão pública e participativa dos recursos municipais.

³⁶ Tal experiência foi promovida pela prefeitura de Belém do Pará no período entre 2001 e 2004, visando ampliar e qualificar a participação da população na elaboração das políticas e projetos de desenvolvimento daquela cidade. Para um maior aprofundamento consultar: FARIAS, Rosa Sulaine Silva. *Participação e Gestão Participativas em Belém-PA: O Congresso da Cidade (2001 – 2004)*. Dissertação de Mestrado submetida ao Propur – UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000496869&loc=2005&l=3acc0b74128f716c>, acessado em 12/02/2009. Importante registrar que a criação do Ministério das Cidades assim como a implantação da Conferência das Cidades (nos níveis municipal, estadual e nacional) materializou outras importantes conquistas nas lutas pela democratização da gestão urbana brasileira.

controle social sobre elas, as prefeituras vinculadas ao Partido dos Trabalhadores durante o período analisado seguiram outras diretrizes na implementação de projetos semelhantes, cujos limites desta comunicação impedem um maior aprofundamento.

Nesse sentido, destaca-se a interessante iniciativa empreendida pelo executivo municipal da cidade de Belém do Pará durante a gestão do arquiteto Edmilson Rodrigues³⁷, materializada pela remodelação do complexo Ver-o-Peso. Tal projeto buscou respeitar e envolver na discussão principais atores que ali trabalham, ampliando dessa maneira, suas possibilidades de reprodução e organização social e política, à medida que se deu através de um longo e trabalhoso processo de concepção e implementação.

Desse modo, embora tenha havido propostas alternativas de gestão urbana, avalia-se preliminarmente que, independentemente da agremiação político-partidária a que pertençam, os municípios brasileiros encontram-se submetidos aos mesmos imperativos, o que, conseqüentemente, tem indicado sua submissão às mesmas pautas urbanas.

6. Obras Consultadas (lista complementar)

ANTUNES, Ricardo. “A Desmedida Empresarial”. In: *Folha de São Paulo*, Mais! 08.07.01, p. 18.

BIENENSTEIN, Glauco. “GLOBALIZAÇÃO E METRÓPOLE - A Relação entre as Escalas Global e Local: O Rio de Janeiro”. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 73-84.

BIENENSTEIN, Glauco. *ESPAÇOS METROPOLITANOS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: Um Estudo de Caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000 (Tese de Doutorado).

BIENENSTEIN, Glauco. “Subsídios para uma Política Urbana e Habitacional”. Brasília: *Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, ANPUR e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, SEDU*, 2001 (Relatório).

BIRMAN, Joel & ANDRADE, Eugênia Thereza de. Baú de Mortos. In: *Folha de São Paulo*, 13.09.01, p. A-3.

HOBSBAWM, E. “A Falência da Democracia”. In: *Folha de São Paulo*, Mais! 09.09.01, pp. 5-7.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. 1997.

Sítios Eletrônicos Acessados

http://www.clubeinvest.com/_technical_analysis/forex/Bretton_woods/Bretton_woods.php - acessado em 08/12/2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Bretton_Woods, acessado em 08/12/2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Paulo_Conde#Carreira_pol.C3.ADtica, acessado em 10/01/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_Lerner, acessado em 11/01/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ol%C3%ADvio_Dutra, acessado em 13/01/2009.

³⁷ Governou a cidade de Belém do Pará por dois mandatos consecutivos, a saber: 1996 a 2000 e 2000 a 2004.